



ATA N.º 14/2023

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a primeira reunião da quinta sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devesas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

A - Período de antes da ordem do dia

B - Ordem do dia

1. Proposta dos Documentos Previsionais para o ano 2024: Demonstrações Orçamentais e Demonstrações Financeiras;
2. Proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Espinho para 2024;
3. Pedido de Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais para 2024;
4. Proposta de fixação das taxas de IMI de 2023 para efeitos de liquidação e cobrança em 2024;
5. Pedido de autorização para lançamento de derrama sobre o IRC para efeitos de liquidação e cobrança em 2024;
6. Proposta de fixação da taxa de participação variável no IRS de 2024;
7. Proposta de atualização da Taxa de Recursos Hídricos Água (TRHA), da Taxa de Recursos Hídricos Saneamento (TRHS) e da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) para vigorarem em 2024;
8. Proposta de revisão do modelo base de organização dos serviços do Município de Espinho;
9. Pedido de autorização para contração de empréstimo ao IRHU no âmbito da candidatura ao investimento RE-C02-i05 - Parque público de habitação a custos acessíveis (N.01 | C02-i05/2022 – Componente 02 – Habitação Vertente empréstimos) para 'Reabilitação do Antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários de Espinho para habitação jovem a custos acessíveis'.

10. Pedido de autorização para celebrar contrato de concessão do serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária pós-acidente e fixar as respetivas condições gerais;
11. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Gomes de Almeida referente ao ano letivo de 2023/2024;
12. Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação do Município de Espinho no Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Laranjeira referente ao ano letivo de 2023/2024;
13. Renovação do mandato ou substituição de José Dinis Moreira Campos Pinto como cidadão eleitor designado pela Assembleia Municipal para integrar a CPCJ de Espinho;
14. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
15. Aprovação de atas das reuniões de 20/09/2023 e 12/10/2023;
16. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais – assunção de compromissos plurianuais no período de 16 de fevereiro a 31 de outubro de 2023.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, Rui Manuel Martins Fidalgo, Rosa Martins Freitas Duarte, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPINHO



Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde – José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros João Humberto Santos Cunha Bastos por Manuel Augusto Gomes Novais, José Adolfo Carvalho Rocha por José Manuel Alves Novo, Álvaro Paulo Alves Leite por Floriano Alves, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira e Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Jorge Manuel Pinto Oliveira Carvalho.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto e de seguida informou que o ponto 9 foi indevidamente incluído na ordem do dia, pelo que iria ser retirado.

Deu a palavra ao vogal Jorge Carvalho (CDU) para apresentar o documento para o PAOD que a seguir se transcreve: *“SAUDAÇÃO: O ano de 2023 que agora está prestes a terminar foi um ano muito difícil para a maioria dos portugueses com o aumento do custo de vida, desemprego, baixos salários e trabalho precário, aumento da insegurança, degradação do sistema educativo, deterioração do sistema judicial, crise do serviço nacional de saúde, dúvidas quanto ao futuro, a desagregação da indústria e comércio em crise, a pobreza e a exclusão social que têm aumentado, etc. O dia-a-dia das famílias é cada vez mais complicado com as atabalhoadas e contraditórias medidas pouco eficazes impostas pelo Governo. Todavia não nos podemos resignar pois é possível mudar de política e construir um Portugal melhor, mais fraterno, mais livre, mais justo e mais saudável. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida na sessão ordinária de 21 de Dezembro de 2023, delibera apresentar a todos os naturais e aos residentes no concelho de Espinho as Boas Festas e votos de um Bom Ano de 2024 mais saudável, mais fraterno, mais livre e mais justo.”*

Votação: aprovada por unanimidade dos presentes

De seguida, o vogal da CDU apresentou o documento que a seguir se transcreve: *"MOÇÃO (Povo Palestiniano): Em 1947 foi feita a partilha da Palestina pela Resolução 181 da ONU em que 55% do território foi atribuído aos judeus e 45% aos árabes (apesar de terem o triplo da população) Em 1993, pelos Acordos de Oslo entre a Autoridade Nacional da Palestina (OLP) e Israel , os palestinianos ficavam com a Faixa de Gaza, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia era dividida em 3 áreas: a Zona A era controlada totalmente pela Palestina; a Zona B era controlada pela Palestina mas policiada por Israel e a Zona C era controlada totalmente por Israel, Israel nunca respeitou a partilha e em 1967, pela Resolução nº 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (aprovada por unanimidade) foi exigida a retirada de Israel dos territórios ocupados e o reconhecimento da soberania, integridade territorial e independência de cada Estado. Isso votou a ser reafirmado em 1973 pela Resolução nº 338. A ONU já aprovou mais de 30 resoluções contra as violações por parte de Israel. Em 1938 Gandi manifestou-se contra a criação de um Estado judaico no meio dos árabes e a violência que isso acarretaria Perante a inquietante escalada de violência verificada no Médio Oriente e o dramático sofrimento a que está sujeito o Povo Palestiniano e com a profunda convicção de que só pela via política e no respeito pelas resoluções das Nações Unidas de reconhecimento dos direitos nacionais do Povo Palestiniano, incluindo a construção do seu próprio Estado, será possível encontrar uma solução justa e duradoura. A Assembleia Municipal de Espinho, reunida a 21 de Dezembro de 2023: a) apela à retirada das tropas de Israel dos territórios palestinianos ocupados e ao respeito pelas resoluções das Nações Unidas no sentido de ser assegurado o direito aos povos Palestiniano e Israelita de viverem em paz e segurança nos seus próprios Estados mutuamente reconhecidos e respeitados; b) e manifesta a sua solidariedade e incentivo a todos quantos na sociedade Palestina e Israelita continuam empenhados na construção da paz.*

Intervenções:

Alexandra Bastos (PSD) disse que eram documentos que faziam sentido naquele momento natalício em que todos desejavam manter e assegurar a paz no mundo. Disse que havia um pequeno esquecimento do vogal da CDU, uma vez que na deliberação não constava nenhuma referencia ao povo de Israel que estava refém do grupo radical de árabes. Que tinham de olhar para os dois lados, que tinham de chegar a acordo com cedência de ambas as partes. Que não se podiam esquecer das



peças cujas casas tinham sido invadidas, que tinha havido matanças, sem possibilidade de defesa por parte das pessoas. Que naquele momento, tudo começou por ali

Jorge Carvalho (CDU) disse que não quisera apresentar um documento sobre aquele conflito em concreto e que punha em pé de igualdade os Israelitas e os Palestinos que gostavam da paz. Fez notar que a moção visava manifestar solidariedade aos palestinos e aos judeus que estavam empenhados na construção da paz.

Alexandra Bastos (PSD) pediu que os pontos sujeitos a deliberação fossem votados ponto por ponto e de forma individual uma vez que tinham implicações distintas na consciência de cada um

Teixeira Lopes (PS) disse que a moção merecia o apoio do PS, porque se estava a falar de uma coisa mais importante do que propriamente a chacina que Israel estava a cometer em relação aos habitantes de Gaza, que ultrapassava o entendimento racional e humano de qualquer cidadão que se proclamasse da humanidade, tratando-se da defesa intransigente da Declaração Universal dos Direitos do Homem

A Presidente da AM disse que a Mesa não via inconveniente em que a votação fosse feita ponto por ponto e de forma nominal.

A votação foi realizada de forma nominal, tendo a deliberação sido tomada por maioria, com a presença, no momento da votação de 24 membros, tendo a alínea a) do documento sido aprovada com 18 votos a favor e 6 abstenções. Os vogais votaram da seguinte forma: Votos a favor: BE Bruno José da Silva Morais; CDU Jorge Carvalho; PS: Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano, Rosa Martins Freitas Duarte, Rui Manuel Martins Fidalgo, José Manuel Alves Novo, Manuel Augusto Gomes Novais, Joana Devezas, Guilhermino Pedro Sousa Pereira, Isabel Maria Pinhal Resende; PSD: Floriano Alves, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Manuel Cardoso Pereira, Abel Jorge Correia dos Santos; Presidente da Junta da UF Anta e Guetim e Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde. Abstenções: PSD: Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Beatriz Manso Preto Loureiro, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Presidente da JF de Paramos e Presidente da JF de Espinho

A alínea b) do documento foi aprovada por maioria com 23 votos a favor e 1 abstenção, tendo os vogais votado da seguinte forma: Votos a favor: BE Bruno José da Silva Morais; CDU Jorge Carvalho; PS: Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano, Rosa Martins Freitas Duarte, Rui Manuel Martins Fidalgo, José Manuel Alves Novo, Manuel Augusto Gomes Novais, Joana Devezas, Guilhermino Pedro Sousa Pereira, Isabel Maria Pinhal Resende; PSD: Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Beatriz Manso Preto Loureiro, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Floriano Alves, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Manuel Cardoso Pereira, Abel Jorge Correia dos Santos; Presidente da Junta da UF Anta e Guetim, Presidente da JF de Espinho e Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde. Abstenção: Presidente da JF de Paramos

Entrando na Ordem do Dia, a presidente da AM propôs que os pontos 1, 2 e 3 fossem discutidos em conjunto e votados em separado. Não havendo oposição, deu a palavra à Presidente da CME que referiu que os valores da receita previstos eram de aproximadamente 44 M€ e os valores da despesa eram equivalentes, sendo que o aumento da despesa corrente resulta dos valores da inflação, dos aumentos salariais dos trabalhadores. Que a despesa de capital teve um aumento significativo de intenção de investimento de aproximadamente 4M€. Que houve um incremento significativo na capacidade de endividamento do município, tendo-se diminuído a dívida em cerca de 2M€, o que permitiria encarar o ano de 2024 com maior investimento. Que os eixos que consideravam fundamentais naquele orçamento eram a melhoria da qualidade de vida dos munícipes assentes em políticas sociais essenciais, como a habitação, a saúde, educação, mobilidade, limpeza e higiene. Que o segundo eixo era o da organização interna, definição e implementação do novo programa do município, reforço do quadro de pessoal, uma vez que era diminuto, investimento no equipamento informático afeto ao município e melhoria das condições de trabalho dos colaboradores. Que o terceiro eixo era o da manutenção e requalificação dos equipamentos municipais e vias de comunicação, sendo que o quarto eixo era o de aprofundamento da relações com as Juntas de Freguesia, prevendo-se a manutenção do quadro financeiro atual com espaço para aprofundamento da contratualização, tornando possível as juntas prestarem um serviço melhor junto dos seus fregueses. Que o quinto e último eixo era o de reequilíbrio financeiro do município.



Jorge Carvalho (CDU) perguntou quais eram os critérios usados no orçamento. Que os orçamentos eram repetitivos, com promessas não cumpridas, sendo que a Câmara deveria ter de justificar o que falhara no orçamento anterior. Que o orçamento devia ser mais preciso, que gostaria que lhe fossem explicitados quais foram os erros do passado que importava minorar e afastar, bem como o planeamento e a perspetiva colaborativa que revelava o orçamento. Sobre as autorizações Prévias Genéricas, disse que a Assembleia não podia nem devia prescindir dos seus direitos e poderes. Sobre o mapa de pessoal, referiu que devia ser pensado em abstrato, sem nomes, referindo quantos pessoas eram precisas, o que vinham fazer e quais as habilitações. Disse que no mapa de pessoal existiam muitos quadros com zero necessidade de pessoal. Parecia-lhe haver uma incompreensão erada do que era um mapa de pessoal, continuava a existir um excesso de vagas, como por exemplo em licenciados em direito.

Filipe Pinto (PSD) perguntou qual o montante que a Câmara previa investir nas ruas do concelho e nos edifícios municipais; Qual o projeto que pensam desenvolver na Rua 19 quando iniciaria, se seria financiado por fundos europeus e qual a participação da Câmara. Quando ao mapa de pessoal, perguntou qual o número de funcionários a trabalhar na Câmara Municipal, o grau de absentismo, o número médio de funcionários por chefe de equipa, o número de chefes de equipa e de diretores em funções, a razão de estar previsto um aumento de quase 2 M€ em gastos de pessoal. Quanto a impostos e financiamento, perguntou se estavam a diminuir a dívida por ter havido uma amortização antecipada ou se estavam a cumprir o plano de reembolso estipulado. Perguntou a razão de ter havido um aumento dos impostos diretos naquele momento em que as taxas de juros estavam com estavam e as taxas de inflação eram elevadas, sendo que durante a campanha eleitoral fizeram bandeira que reduziriam os impostos. Quanto às receitas do turismo inseridos no plano de obras da Zona de Jogo perguntou porque reduziram de 2.3 para 1.5 M€. No mapa de responsabilidades contingentes, perguntou o que significava a resolução do contrato da ABB relativamente ao Estádio Municipal. Qual era a origem de 6,4 M€ constante em "outros rendimentos" do balanço e demonstração de resultados. Que, no Mapa de fluxos de caixa, se previa para o final de 2024, meio milhão de euros, tendo vindo sempre a decrescer desde 2022 e uma vez que os grandes investimentos estavam parados, embora já cabimentados, deduzia que o início de 2025 estaria sem dinheiro. Que o orçamento de estado para 2024, previa o pagamento de senhas de presença por

reunião e não por sessão e perguntou qual era o valor orçamentado para a Assembleia Municipal, uma vez que não o conseguiu encontrar.

Presidente JF Espinho fez notar que, em reunião com a Câmara municipal, em 28/11/2023, ficou o compromisso de ser corrigido o valor da verba, que estava errada, referente à delegação de competências nas praias mas que, no orçamento apresentado, o valor não tinha sido corrigido, continuando errado em 10 500 euros, referindo que não aceitava.

Abel Santos (PSD) perguntou se estavam definidas as vias que seriam alvo de intervenção, lembrando a recomendação apresentada pelo PSD sobre a Rua dos Combatentes que se encontrava em estado lastimoso. Perguntou se estavam identificados os edifícios municipais que sofreriam intervenção.

Ana Paula Africano (PS) sobre os eixos de intervenção, nas áreas de habitação e saúde, perguntou se era possível identificar as prioridades em termos de projetos.

Bruno Morais (BE) salientou o aspeto positivo do orçamento pela diminuição do passivo, lamentando que não fosse investido nas pessoas. Que a ação social e a habitação social, a preservação e conservação da natureza e a cultura continuavam a ser os parentes pobres. Que se ouvia na Assembleia que haveria investimento em habitação social, mas não se sabia para quando, existindo um lista galopante de cidadãos a aguardar por habitação social. Que foi anunciado pelo ex-presidente da Câmara um investimento enorme em eficiência energética, mas não previsto naquele orçamento, sendo que serviria para o autoconsumo coletivo, passando por sistemas fotovoltaicos para os edifícios municipais e para a iluminação pública, reduzindo-se a despesa com a energia elétrica. Que o desemprego tinha vindo a decrescer, mas que quando os números chegam ao mínimo, a tendência era para subir, sendo que o desemprego jovem estava quase no dobro do desemprego geral, pelo que urgia contratar com critério, perguntando se estavam a pensar contratar, tendo em conta que na área da saúde, os assistentes já tinham uma carreira. Que votariam favoravelmente o quadro de pessoal, notando-se que havia falta de pessoal operacional para a execução de várias tarefas.

Nuno Almendra (PSD) perguntou se o regime de aceleração do desenvolvimento das carreiras já estava previsto, tendo em conta que a maioria dos trabalhadores subia



uma posição, facto que podia aumentar os custos com pessoal. Perguntou quais os Centros de Saúde previstos para intervenção, se seriam novas edificações ou reabilitações e quais estavam previstos serem deslocalizados.

Presidente CME referiu que estavam a discutir o orçamento e não a prestação de contas, que eram documentos diferentes. Esclareceu que tinham 577 trabalhadores, e muitos deles afetos às escolas, sendo que estavam acima do rácio previsto para as escolas. Que se encontravam 64 trabalhadores de baixa médica, correspondendo a 11,1%. Esclareceu que o organograma em vigor tinha 2 Departamentos, 10 Divisões, 5 Núcleos e que, por força das circunstâncias, o chefe de Divisão de Divisão de Estudos e Planeamento está a assegurar as funções da Divisão de Urbanismo e Ambiente e ainda o exercício das competências do Diretor de Departamento, referindo ainda que o outro departamento se encontra, há alguns meses, sem diretor. Disse que estavam previstas as progressões e os aumentos dos salários dos trabalhadores. Referiu que tinha sido pedido a resolução do contrato porque as empreitadas do RECAFE, Sá Couto, entrada norte da cidade e o estádio municipal encontravam-se no ministério público porque tinha sido pedido à Câmara uma indemnização enorme. Que estava em fase de projeto, um projeto comunitário muito interessante para a cultura que envolveria as escolas e instituições. Na educação, em janeiro iriam dar início ao projeto "Ubuntu no Bairro" nas escolas e também ao projeto "mais Escola" direcionado para os alunos com necessidades educativas especiais e o "mais sucesso", sendo que ambos se encontravam em fase de contratação final. Que se tinham candidatado dentro do programa 2030 para eficiência energética nos edifícios municipais. Que evidentemente só fazia sentido contratar, com critério, os funcionários, consoante o fim a que se destinavam. Quanto aos investimentos, tinham em mente a requalificação dos parques infantis, que já não estavam certificados desde 2016; os passadiços e os apoios de pesca onde iriam colocar um dispositivo de salvamento aquático; intervenção nos edifícios municipais. Que todos os centros de saúde seriam intervencionados, a começar pela Marinha, estando atrasado porque o projeto teve de ser revisto dado o valor ter sido superior ao previsto. Passou a palavra ao Chefe da Divisão Económico-financeira que explicou as questões técnicas do documento, nomeadamente as demonstrações dos resultados previsionais, fluxos de caixa, variação de caixa e seus equivalentes, as receitas do Turismo de Portugal, o orçamento da Assembleia Municipal que constava da pág. 14 do documento, sendo que quando da elaboração do documento ainda não tinham a alteração.

A presidente da AM interrompeu para esclarecer que a alteração ao estatuto dos eleitos locais foi aprovada no orçamento que entraria em vigor a 1 de janeiro, sendo que o orçamento da Câmara municipal tinha sido aprovado em novembro, não incluindo as alterações relacionadas

com o pagamento de senhas em cada reunião. Que teria de ser feita uma retificação orçamental.

Filipe Pinto (PSD) disse que o orçamento municipal tinha de estar descrito no documento, conforme os anos anteriores, o que não acontecia. Disse que na pág. 70, constava um valor de 35, 480€ para senhas de presença. Sobre explicação dada quanto às receitas do Turismo de Portugal, e uma vez que a Câmara não executou a obra no ano passado, ficou a entender que o valor a receber iria diminuir. Perguntou sobre a origem de outros rendimentos de 6,5M€ para 2024, quanto iriam investir nas ruas e também se a amortização da dívida se devia a amortização antecipada ou se estavam a cumprir o plano de reembolso. Solicitou mais esclarecimentos quanto à indemnização da ABB.

Chefe da DEF disse que a situação colocada pelo Presidente da JF de Espinho, já tinha sido esclarecida pessoalmente, tendo-lhe comunicado que houve um lapso na inscrição da verba, e como o orçamento já tinha sido aprovado em reunião de Câmara, não foi possível fazer a correção, sendo que teria de ser feita uma alteração orçamental para repor a verba em falta.

Presidente CME disse que tinham feito uma reunião com os Presidentes das quatro juntas de freguesia, onde ficou esclarecido que havia um erro e onde também lhes foi comunicado que estavam em jogo mais 300 mil euros do que o ano passado para aplicar nas freguesias do concelho. Quanto à ABB, disse que a indemnização pretendida era de cerca de 7M€, sendo que a empresa terá de provar o que estava a reclamar. Sobre as ruas, disse que estavam a ver as ruas que estavam piores, sendo uma delas a que vinha desde o limite de Grijó até à rotunda da RStar, que estavam a fazer reuniões para ver a melhor forma de poderem fazer as intervenções o mais rapidamente possível sempre que haja necessidade, sendo que aquelas contratações não eram fáceis

Bruno Morais (BE) sobre o processo de avaliação dos trabalhadores, perguntou quantos biénios estavam atrasados e se estava acautelado o pagamento dos retroativos após reposicionamento e dos juros devidos.

Presidente CME disse que era o de 2021-2022, porque em janeiro tinha despachado o que estava em atraso referente ao mandato do PSD e que os direitos dos trabalhadores seriam acautelados



Jorge Carvalho (CDU) disse que o orçamento apresentado para aprovação continha erros que a Câmara reconhecia existir e que ficava preocupado com as responsabilidades. Que a Câmara referia ter diminuído a dívida, mas não contava com os processos em tribunal, em que eram pedidos pagamentos. Disse que o mapa de pessoal dava a entender que ficava uma reserva para o que desse jeito. Entendia que a Assembleia não devia autorizar previamente o que quer que fosse, estando a praticar um ato antidemocrático, de desleixo perante a responsabilidade da Assembleia. Que votaria contra os três pontos.

Presidente JF Paramos disse que se regozijava pela atribuição da verba de 300 mil euros às freguesias, sendo que os presidentes das juntas já tinham conversado e entendido sob a forma da sua distribuição através da formalização de contratos interadministrativos que pediu para serem feitos até 31 de março, por forma a dar tempo para continuação do processo. Elogiou o executivo por aquela disponibilidade, sendo que as juntas já reclamava aquelas verbas há muito tempo

Alexandra Bastos (PSD) referiu que passado um ano e alguns meses, constatava-se que o PS não resolveu assuntos importantes do município, tais como as grandes obras deixadas pelo PSD. Que lamentava a situação confrangedora do ano passado e a herança que pesava sobre a Presidente da Câmara, mas que o ex-presidente da Câmara Miguel Reis afirmava que tudo estava sob controlo e resolvido, pelo que ficavam pasmados em saber que nada estava resolvido, encontrando-se uma ação em tribunal para o município pagar uma indemnização. Que o orçamento para 2024 estava cheio de surpresas que pensava que não seriam resolvidas naquele ano. Que a gestão do dia-a-dia ia-se fazendo, mas para tal não era preciso muita capacidade nem competência política, mas sim para as grandes questões que continuavam sem ser resolvidas. Que era um orçamento de generalidades, tinha dúvidas que aquele orçamento conseguisse fazer alguma coisa, uma vez que só se conseguia resolver impasses, sabendo que as receitas eram escassas, com dinheiros vindos de fundos europeus e do Estado central, pelo que ficariam a aguardar para ver se isso acontecia e se os concursos conseguiriam sair do papel e concretizarem-se. Que o panorama a nível nacional também não ajudava, sendo que o PRR estava atrasado e tinha uma data limite para ser concretizado como referiu o primeiro Ministro demissionário. Que o município de Espinho com as pequenas receitas que tinha, a nível municipal, conseguia fazer o pagamento pontual da dívida. Que o voto do PSD para o orçamento

não seria positivo. Sobre o mapa de pessoal, disse que servia para o executivo ter na mão a possibilidade de contratualizar, sendo que, com a informação dada, a Assembleia não conseguia cumprir a sua função fiscalizadora. Que acreditava que a democracia tinha um caminho para fazer e não era, com certeza, de retrocesso, sendo que as próximas eleições, a nível nacional, assim o comprovariam. Sobre as autorizações genéricas, disse que não poderiam votar contra, dado que o PSD em anteriores mandatos, fez o mesmo procedimento legal e porque não podiam criar obstáculos ao dia a dia da Câmara, e acreditando que a informação sobre o dinheiro gasto seria dada à Assembleia Municipal nas suas sessões ordinárias.

Presidente JF Espinho disse que os organismos públicos deviam ser obrigados a fazer uma reserva legal, da mesma forma que os condomínios faziam para realização de obras

Abel Santos (PSD) disse que olhar para o orçamento era um desalento porque não se vislumbravam medidas efetivas de eficiência, sustentabilidade, transição energética, neutralidade carbónica e eficiência hídrica que eram aspetos para a resiliência e progresso, ainda mais quando se discutia tanto o futuro do planeta. Leu o constante no orçamento para 2023 no que dizia respeito à visão estratégica e sobre as metas que o município se propunha atingir naquelas matérias e lembrou o cancelamento da obra na rua 19 para substituição da rede de água. Era preciso fazer o levantamento detalhado do consumo para poder atuar em cada uma das áreas e avaliar o potencial de utilização das renováveis, seja pela produção de energia elétrica ou de águas sanitárias, estimular o uso das tecnologias inteligentes para a gestão de energia, consciencializar os utentes dos espaços públicos para uma utilização racional de energia elétrica, monitorizar e avaliar estabelecendo indicadores de desempenho para monitorizar o progresso de cada uma das iniciativas que possam vir a ser incluídas neste tipo de estratégia para a resolução daquele tipo de problemas. Que era preciso aproveitar os fundos comunitários, embora algumas ações não precisassem daqueles fundos dada a sua performance de investimento e a redução imediata nos consumos, e dos custos operacionais, como era o caso da energia elétrica.

Teixeira Lopes (PS) disse que fazia uma leitura diferente e pensava que para o próximo ano seria melhor e que o orçamento estava equipado com alguns apetrechos que permitiriam governar melhor, de forma mais eficiente, que ao serem conseguidos e concretizados poderiam alimentar a esperança que viver em Espinho também seria



melhor. Quando se referia o aumento de 4M€ de despesa, significava a melhoria da qualidade de vida da sociedade espinhense, começando pelo plano municipal de Saúde. Que para a habitação estavam destinados 127 M€ e que, quanto ao problema da mobilidade, Espinho aderiu a um projeto denominado UNIR, juntando-se a AMP, melhorando o contributo que aquele programa podia representar para a mobilidade. Referiu as carrinhas que seriam adquiridas para ligar Espinho e as diversas freguesias que viriam facilitar a circulação. Que se ouvia muito falar em falta de limpeza, mas que a sociedade utilizava de uma forma inábil os diversos pontos de recolha de lixo o que facilitava a contaminação e a sujidade das ruas. Que o organograma e a necessidade de melhorar as condições técnicas do trabalho na Câmara era uma necessidade e um passo importante para melhorar os serviços, o que levava à melhoria da qualidade de vida, tornando a Câmara mais competente e mais eficiente. Que era importante o reforço do quadro superior. Que o RECAFE era um grande contributo para melhorar a qualidade de vida da população, sendo um local que permitia e facilitava o estacionamento e levava a afluência de mais pessoas a Espinho que contribuíam para a melhoria financeira da cidade. Sobre a manutenção e requalificação dos equipamentos municipais, tinham também de lembrar-se das pessoas que neles causavam estragos. Que os municípios portugueses estavam a viver tempos complicados, com a inflação, a guerra e que o PS por acreditar que a Câmara vai ter melhores condições no próximo ano, votará favoravelmente.

Jorge Carvalho (CDU) disse que o vogal Teixeira Lopes veio ali fazer um ato de fé e perguntou-lhe se achava que, com o orçamento de 2022, a população estava contente e porque não propunha à Câmara que fizesse o Euromilhões

Nuno Almendra (PSD) disse que na nota introdutória da informação escrita a Presidente da CME escreveu o seguinte: *“É objetivo do Executivo a que tenho a honra de presidir aprofundar um trajeto (que começámos e de que não abdicarei) de consolidação de políticas públicas assentes em planeamento e em gestão rigorosa de disponibilidades e possibilidades pensadas em áreas estruturantes para o desenvolvimento da nossa Comunidade, como são a educação, a saúde, a ação social e a habitação.”*. Que todos estavam de acordo que eram 4 pilares fundamentais da nossa sociedade e que os espinhenses esperavam que o executivo municipal respondesse de forma assertiva, ajustada e direcionada às suas necessidades. Que mais do que fazerem análises contabilísticas, necessárias e que decorriam de

imperativos legais, era importante que nos documentos enviados elencassem as grandes opções de investimento e atividades para o ano 2024 e anos vindouros, de forma objetiva e detalhada, não se refugiado em introduções redondas e pouco claras. Referiu que, na área da saúde e da ação social, mais especificamente na área da saúde oral, continuavam a cometer os mesmos erros do passado. Que, no final de cada ano civil, através de verbas não utilizadas e de valor variável, os serviços sociais da CME davam indicação às pessoas por ela referenciadas para andarem por Espinho a mendigarem pelo menos 3 orçamentos para tratamento de patologias da boca, para depois, ganhar o orçamento mais baixo, sem qualquer análise efetiva dos planos de tratamentos propostos, o que não era digno em pleno séc. XXI, não era consolidação de políticas públicas, assentes em planeamento e gestão rigorosa, era gastar dinheiro. Propôs informar e promover junto dos beneficiários do complemento solidário do idoso, que tinham direito a dois cheques dentista por ano e direito a uma comparticipação até 75%, no máximo de 250€ de três em três anos, na despesa de aquisição e reparação de próteses removíveis, sendo que era um segmento da população que desconhecia na sua grande maioria, aquelas opções para recorrerem aos serviços; informar e promover a utilização dos cheques dentistas nos vários setores da sociedade que estavam adotados, naquele momento 35% daqueles cheques não eram utilizados; protocolar com o centro de saúde, através dos gabinetes de medicina dentaria existentes, o acompanhamento daquelas pessoas que não conseguiam aceder a uma consulta de medicina dentaria. Por outro lado e caso os programas não conseguissem ir ao encontro das expectativas, definir os tratamentos que os beneficiários da ação social pudessem realizar, definindo um valor para cada um e contratualizar com os médicos que estivessem de acordo com aquela possibilidade. Era preciso também haver um acompanhamento em inter-relação próxima com as assistentes sociais para que o investimento feito fosse realmente efetivo. Que isso era investir no melhor estado da saúde oral dos espinhenses, assente um modelo rigoroso de planeamento e controlo, permitindo a liberdade de escolha e racionalização dos recursos financeiros existentes, permitindo melhores resultados. Que prevenir é sempre melhor do que tratar e permitia aumentar o número de pessoas referenciadas com os mesmos recursos. Que no concelho de Espinho, no ano 2021, existiam 1771 idosos a viver sozinhos, mais 79% do que em 1981 e que estudos actuais apontavam para uma duplicação do número de idosos até 2050, sendo que era importante que aqueles números e estimativas obrigassem a mudança do paradigma atual de atuação, quer para preparar o presente, e acautelar o futuro. Que acreditavam que o



sinal de desenvolvimento de uma cidade, era a forma como tratavam dos mais frágeis, mais vulneráveis, entre eles os mais idosos abandonados, esquecidos e isolados. Quanto à habitação, disse que na nota introdutória da informação escrita, constava o seguinte: "(...) *lançamento ou continuação de políticas públicas e de ações de política pública enformadas do desiderato fundamental de desenvolvimento estratégico do concelho, como é caso da Estratégia Local de Habitação (objeto de profunda alteração no período da informação) (...)*". Disse que na informação apresentada na última sessão da Assembleia municipal constava: "*criando também respostas no domínio da habitação que permitam fazer face à necessidade dos Espinhenses e, simultaneamente, que sejam capazes de atrair novas famílias e promover o nosso rejuvenescimento demográfico*". Que ao analisar os dados atuais, concluía que o executivo tinha objetivos utópicos, irrealistas, criando uma ilusão nos espinhenses. Que no ano que estava a terminar o executivo propusera iniciar 142 remodelações, das quais concluir 60; iniciar a construção de 12 novos fogos, dos quais concluir 6; Que a taxa de execução foi zero., demonstrando uma total incapacidade na prossecução das políticas públicas, falta de planeamento e gestão numa área tão sensível para os espinhenses, suas famílias e para os jovens que pretendiam iniciar a sua vida independente e constituir as suas famílias, bem como para aqueles que se viam obrigados a viver em habitações pouco condignas. Que a agravar esta falta de planeamento atual, para 2024 tinham a aquisição de 75 fogos presentes e futuros; Início e conclusão da reabilitação de 180 fogos; construção de 27 novos fogos. Que aqueles números eram ambiciosos, transmitiam uma nova esperança para os espinhenses, mas na realidade demonstravam a falta de planeamento, de rigor e má utilização dos recursos financeiros existentes. Que para a estrada 109 ficaram elucidados quanto à falta de persuasão do executivo, dado que da última reunião como a IP veio uma mão cheia de nada e ao contrário de outros concelhos atravessados por aquela estrada, Espinho poderia vir a receber uma estrada utilizada por muitos que seria um presente envenenado, uma estrutura viária que carecia de intervenção no solo e no subsolo que poderia onerar o município em vários milhões de euros, apelando que a Presidente da CME não se conformasse, não reduzisse as verbas disponíveis para investimento no concelho para terem de suportar os custos daquela reabilitação que era urgente e prioritária. Sobre o estado da restante rede viária, estava uma verdadeira lastima, nunca se viu a cidade e o concelho com tantos obstáculos dos mais variados tipos no meio das ruas a sinalizar buracos que, muitas vezes se tornam em crateras face à inação do executivo, como por exemplo a estrada

de acesso à Nave Polivalente e à Pousada da Juventude, onde diariamente passavam centenas de automóveis e que, ao fim de semana eram um cartão de visita para os atletas e seus pais, das equipas que os visitavam. Que, como disse a Presidente da CME, era necessário rigor, planeamento, engenharia financeira para fazer face às necessidades, mas era tudo aquilo que não se tinha visto e era tudo o que os espinhenses esperavam dela. Que o futuro passava por concretizações que os espinhenses desejavam e ansiavam, ultrapassaram a pandemia com sucesso, no entanto os seus efeitos nefastos acrescentavam-se agora às consequências da atual conjuntura de incerteza e instabilidade. Que hoje as famílias e as empresas passavam por dificuldades decorrentes da espiral inflacionista, hoje mais do que nunca, precisavam de agir com o foco nas pessoas, com as suas necessidades no centro da atenção política, enquadrando o esforço de concretização da política pública na resolução dos problemas reais dos espinhenses.

Presidente CME disse que a herança que teve foi muito pesada, conforme já ali fora referido e começava com a herança do PSD, com edifícios municipais onde não se fez qualquer manutenção durante anos, os buracos nas estradas já existiam. Que herdou um município cuja capacidade de endividamento não permitia que se fizesse obras de fundo, exceto com recurso a fundos comunitários, como estava a acontecer. Que, na educação, tinham recebido a delegação de competências e vários projetos estavam a ser executados. Que a nível de edifícios e recursos, tiveram de fazer uma reestruturação e a consequência de não terem feito alguma obra foi a exoneração de alguns chefes de divisão. Que as obras do PSD, como o RECAFE, a Sá Couto, a Entrada norte de Espinho tinham vários problemas e não foi o PS a fazer a fiscalização. Que o edifício denominado praça progresso estava cheio de ferrugem e num estado lastimoso, o parque de estacionamento do metia água não tinha internet, nem tão pouco a escola Sá Couto onde nem estava previsto. Disse que a empreitada da rua 19 podia ter sido intervencionada durante a pandemia, por ser uma boa altura e não foi e que naquele momento tinha de ser feito um projeto bem pensado, ouvindo os comerciantes. Que tinham trabalhado muito para o município ir para a frente e para que tivesse credibilidade, tendo sido uma das coisas que tinha perdido. Que os processos de urbanismo não estavam atrasados. Que os candeeiros colocados na parte de baixo tinham lâmpadas que oneravam muito os cofres do município. Sobre a última intervenção, disse que não estava a fazer a prestação de contas do presidente, e que chegaria a altura de falarem. Disse que a habitação projetado só podia



acontecer depois da estratégia local de habitação estar homologada, o que aconteceu apenas agora.

Votação ponto 1. Proposta dos Documentos Previsionais para o ano 2024: Demonstrações Orçamentais e Demonstrações Financeiras: aprovada por maioria com 14 votos a favor e 11 votos contra

Declaração de voto:

Jorge Carvalho (CDU): *"A CDU votou contra esta proposta e entende que ela foi rejeitada porque os Presidentes das Juntas não tinham direito a votar o orçamento porque tinha as verbas de que eles eram responsáveis. Estavam a vender-se ao executivo para votar favoravelmente em troca do dinheiro dado. Os presidentes da Junta estão legalmente impedidos de votar orçamentos onde tenham verbas. Significa que os votos contra foram superiores aos votos a favor."*

Votação ponto 2. Proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Espinho para 2024 aprovada por maioria com 15 votos a favor e 10 votos contra

Declaração de voto:

Bruno Morais (BE) *"Votamos a favor da proposta, com declaração de voto dado que o Mapa de Pessoal do município denota, de forma preocupante, a falta de Assistentes Operacionais e de alguns quadros qualificados! A falta de Assistentes Operacionais é notória no dia-a-dia, os edifícios públicos não têm a manutenção adequada, os passadiços são perigosos para os seus utilizadores por manutenção deficitária, as escolas trabalham à míngua com défice de Assistentes Operacionais, pontualmente mal distribuídos por quem as gere, entre outros. Urge rejuvenescer o Quadro de Pessoal, urge contratar com critério, urge que, sobretudo as Carreiras Especiais da educação e da saúde sejam aprovadas ou revistas, que infelizmente o Governo PS tem adiado para o dia seguinte, aquele que dia tarda em chegar para muitos. As carreiras pouco atrativas não atraem os melhores candidatos para o serviço público"*

Votação ponto 3. Pedido de Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais para 2024 aprovado por maioria com 23 votos a favor e 2 votos contra.

Declarações de voto:

Bruno Morais (BE) *"Votamos contra a proposta, com declaração de voto, uma vez que não podemos aprovar empréstimos "em branco", sem sabermos objetivamente como estes serão utilizados. A prática comum dos executivos do PS e do PSD ao longo dos anos não nos parece ser a mais transparente, levando a devaneios de gestão que amarram o investimento futuro devido às sucessivas dívidas contraídas no passado."*

Alexandra Bastos (PSD) *"Em consonância com a minha intervenção sobre o orçamento que referi este ponto, venho declarar que o PSD votou favoravelmente, pedindo informações durante o próximo ano de como estavam a ser gastos estes valores das Autorizações Genéricas, posto que era um ponto de honra que já vinha indicado no orçamento pela própria Câmara"*

Jorge Carvalho (CDU): *"A CDU votou contra este Pedido de Autorizações Prévias Genéricas porque entende que democraticamente, a Assembleia Municipal não deve prescindir das suas obrigações, deveres e direitos. Ao alijar previamente a responsabilidade, que não sabe o que a Câmara vai fazer, é um ato antidemocrático e é um ato que desprestigia qualquer Assembleia Municipal. Estas autorizações como outros elementos tem sido um caminho antidemocrático do poder local. Antigamente o Presidente da Câmara era apenas um coordenador de uma equipa, todos os vereadores tinham pelouro, tendo-se transformado no patrão da Câmara, com poderes próprios que não devia ter e a Assembleia ainda despejava em cima dele aquilo que, é um conceito que tem estado a ter, que o poder local é cada vez menos democrático. Tinha este entorse e também o de admitir que os presidentes de junta que não foram eleitos para a Assembleia Municipal, tenham direito de voto. O PSD e o PS já defenderam que a lei tinha de ser alterada e retirado o poder aos presidentes, mas era muito conveniente quando os presidentes da junta votam a favor da Câmara em troca de quanto me dás para a minha freguesia. Isto não é democrático."*

A Presidente da AM deu a reunião por encerrada, e informou que a sua continuação ficava marcada para 27/12/2023. As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.



Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
